

## Resenha bibliográfica 1

# Weltwirtschaft: vom Wohlstand der Nationen heute \*

Hankel, Wilhelm. *Weltwirtschaft: vom Wohlstand der Nationen Heute*. Düsseldorf und Wien, Econ. Verlag GmbH, 1977, 416 pp.

CARLOS VON DOELLINGER \*\*

### 1 — Introdução

W. Hankel é um dos mais prestigiados economistas “internacionalistas” da atualidade na Europa. Na volumosa obra que ora analisamos, Hankel propõe sobretudo *ação*, embora deixe em suspenso muitos dos detalhes que o leitor sofregamente se interroga ao longo dos capítulos. É uma proposta de ação “internacionalista”, como ele próprio denominou sua obra,<sup>1</sup> ousada, sem dúvida, mas não tão irrealista como possam sugerir os primeiros capítulos.

O livro está dividido em três partes básicas. A primeira, “Onde Estamos”, contém quatro capítulos e aborda a “ordem econômica internacional” tal como se apresenta hoje, com seus impasses e suas perplexidades. “De onde Viemos”, a segunda, nos seus longos e

\* *A Economia Mundial: O Bem-Estar Atual das Nações*.

\*\* Do Instituto de Pesquisas do IPEA e do Ibero-Amerika Institut für Wirtschaftsforschung, da Universidade de Göttingen, Alemanha Ocidental.

<sup>1</sup> Em entrevista concedida ao semanário econômico alemão *Wirtschaftswoche*, em sua edição de 5 de maio de 1978, cujo título é paradoxalmente “Em Busca de uma Segunda Maravilha”, Hankel considera ociosa a busca de novas doutrinas econômicas — algo como uma nova “teoria geral” — e propõe simplesmente ação, objetiva e urgente.

denso sete capítulos apresenta uma cuidadosa e, até certo ponto, original revisão das doutrinas econômicas. De Hume a Kaldor, da doutrina da “mão invisível” ao “ajustamento dirigido”, de Rueff, e do “modelo síntese” do Fundo Monetário, tudo é analisado sob o ponto de vista de sua possível contribuição a uma adequada “ordem econômica mundial”. Em “Para onde Vamos”, título da última parte, Hankel desenvolve em cinco capítulos as discussões recentes e as perspectivas a longo prazo de uma “nova ordem”. Esse constitui o esquema básico da obra e que será igualmente adotado nesta resenha.

## 2 — Onde estamos: a economia mundial “hoje”

A preocupação básica do autor é a adequação dos sistemas monetário, cambial e financeiro, no contexto da economia internacional, de forma a eliminar a incômoda e cada vez mais grave alternância inflação-recessão (ou “estagflação”), presente desde meados dos anos 60 na economia ocidental. Nesse sentido, o principal entrave reside no excessivo “nacionalismo econômico” embutido nas duas correntes de pensamento predominante do pós-guerra: keynesianismo e monetarismo.

A compreensão adequada dos ciclos econômicos dos anos 60 e 70 constitui o cerne dessa primeira parte do livro. A perpetuação e o agravamento desses ciclos são, segundo Hankel, tanto consequência da inadequação ou da rigidez das instituições econômicas modernas (empresa multinacional, protecionismo, organizações internacionais, etc.) como de políticas econômicas “erradas” e excessivamente nacionalistas.

E qual a mecânica, enfim, desse “ciclo perverso”? Duas hipóteses básicas são estabelecidas: a) a rigidez e/ou inadequação das instituições implica igualmente elevada rigidez de preços e custos, não só interna como internacionalmente; e b) empresas e indivíduos, por um lado, desenvolveram uma grande habilidade de “sobreinvestir” nos períodos inflacionários e, por outro, de maximizar seus ganhos financeiros aplicando em títulos nos períodos recessivos de alta das taxas de juros reais; ou, em outras palavras, acirram a demanda

global nos períodos inflacionários e dilatam a oferta global na fase recessiva.

Ora, sendo os preços razoavelmente rígidos, principalmente “para baixo” a dinâmica dos ciclos se associa a variações intensas da taxa de juros. No Capítulo IV dessa primeira parte encontramos a essência da argumentação. Nas próprias palavras do autor: “Há no processo (cíclico) um ponto máximo inflacionário e um ponto mínimo recessivo. Na subida inflacionária do ciclo o processo de superinvestimento, ou de ‘despoupança’, torna-se tão acentuado que o ‘efeito calandra’ nos mercados financeiros e de capitais faz com que a taxa de juros suba mais que os preços, mesmo mantendo-se o processo inflacionário. Indivíduos e empresas ‘descobrem’, então, as vantagens de aplicar nos mercados financeiros. O aumento da taxa de juros real transforma investidores em poupadores, seguindo-se um período recessivo até que a redução de  $I$  (investimento) e o aumento de  $S$  (poupança) afetem negativamente a taxa de juros real. Indivíduos e empresas tornam a ‘descobrir’ a vantagem de ‘sobreinvestir’ e de reduzir suas poupanças financeiras” (pp. 90-91).

Encontramos, nas páginas que se seguem, farta evidência empírica desse comportamento, pelo menos no que se refere aos Estados Unidos e à Alemanha a partir de meados dos anos 60.

Qual será então a conseqüência das políticas monetárias seguidas habitualmente pelos governos, quando procuram precisamente elevar as taxas de juros nos períodos inflacionários (via contração da oferta monetária) e reduzi-las nos períodos de recessão? Segundo Hankel, isso vai *precisamente agravar o processo cíclico*. E que dizer da recomendação dos monetaristas, no sentido de liberar a taxa de câmbio para com isso “salvaguardar” a política monetária interna dos efeitos externos? Simplesmente “fechar a porta” para a única saída racional, conforme proposição feita em seguida pelo autor, no sentido de superar o impasse cíclico.

De fato, se aceitamos o *rationale* de Hankel, a única saída é a estabilização da taxa de juros nominal e dos preços. A receita é aparentemente (e surpreendentemente) simples: nos períodos inflacionários, aumenta-se a oferta global via importações (com *deficit* comercial), o que implica simultaneamente entrada de capital ex-

terno, em contrapartida ao *deficit* em conta corrente. Nos períodos deflacionários, ocorre precisamente o oposto.

Ora, esse aumento de oferta e de recursos financeiros estabiliza a taxa de juros, reduz o risco de poupar no período inflacionário e, conseqüentemente, o “sobreconsumo”. Trata-se portanto de uma atuação *pelo lado real* e estreitamente ligada ao setor externo da economia, opondo-se exatamente às recomendações *restritivas e nacionalista* de monetaristas e keynesianos. Para a viabilidade dessa recomendação, no entanto, é preciso supor que haja defasagens razoavelmente acentuadas nos processos cíclicos das diversas economias nacionais. Será essa uma suposição realista? O autor, aparentemente, acredita que sim.<sup>2</sup>

Para Hankel, quanto mais liberdade for concedida aos movimentos internacionais de capitais, melhor. Conseqüentemente, o regime cambial mais adequado é o de taxas fixas, pois “lubrifica” os mercados internacionais de bens, serviços e capitais, tendo ainda a vantagem de eliminar os movimentos especulativos. Hankel insinua aí a pedra angular de sua tese, claramente explanada mais adiante: a inevitabilidade de uma “coordenação mundial” de balanços de pagamentos, através de um autêntico Banco Central Mundial.

### 3 — De onde viemos

O primeiro capítulo dessa segunda parte do livro é dedicado a uma análise detalhada do conceito e da estrutura das diversas contas de um balanço de pagamentos. Hankel procura mostrar que a idéia predominante do balanço de pagamentos como uma espécie de “conta bancária” da economia nacional é um resquício mercantilista que

<sup>2</sup> Há de fato países que “tendem” a balanços deficitários, como os em desenvolvimento, a maioria dos países socialistas e talvez até os Estados Unidos, ao menos nos últimos 10 ou 15 anos, ao passo que os países da Europa Ocidental e o Japão “tendem” a ser superavitários. Isso, contudo, não se prende exatamente à argumentação exposta por Hankel, à exceção, talvez, das defasagens conjunturais dos últimos quatro ou cinco anos entre os Estados Unidos, o Japão e as principais economias da Europa Ocidental.

precisa ser urgentemente superado para o bem de todos. O mesmo pode-se dizer com relação ao ouro ou qualquer outra moeda de “valor intrínseco”. Essas considerações levam naturalmente à discussão de regimes e políticas cambiais: basicamente há diferença entre taxas *fixas* e *flutuantes*, esta última estando diretamente ligada ao nacionalismo das teorias e políticas econômicas predominantes.

O “viés” nacionalista, no entanto, nem sempre predominou nas doutrinas econômicas. A doutrina aristotélica, por exemplo, primou por ser “internacionalista”, bem como a doutrina liberal clássica. Entre as duas, contudo, intercala-se o mercantilismo, seguindo-se posteriormente o protecionismo da escola alemã, o marxismo, a revolução anticlássica de Keynes e a contra-revolução monetarista, todas elas doutrinas de forte conteúdo “nacionalista”. É precisamente imbuído desse espírito crítico que Hankel se lança à tarefa de uma longa discussão de teorias e modelos aplicáveis à economia internacional.

A discussão se inicia, no Capítulo II, com Hume, Smith e Ricardo: a Revolução Antimercantilista. Nesse contexto clássico, o balanço de pagamentos “comanda” a economia, justamente o oposto do que preconiza Hankel, embora as “virtudes” do internacionalismo clássico sejam por ele apreciadas. Talvez por essa aparente ambigüidade o modelo clássico apareça rico em detalhes, embora em sua essência seja até bem simples: o saldo do balanço de pagamentos em conta corrente depende da relação preço interno/preço internacional, a oferta de moeda é função desse saldo (hipótese básica do padrão-ouro) e, por sua vez, a demanda, regida pela teoria quantitativa, é função do preço interno e do nível de renda. Esse sistema leva ao “equilíbrio automático” dos níveis de preço e renda sob o comando dos movimentos de ouro entre países. Supõe-se, naturalmente, uma certa distribuição internacional da produção entre as nações, regida pelas vantagens comparativas de custo de cada economia nacional. Nesse sistema não há lugar para políticas econômicas, nem tampouco — é bom ressaltar — para movimentos de capitais entre países. Supõe-se que tudo funcione automaticamente, sendo a única função dos bancos centrais zelar pela manutenção da paridade-ouro das moedas.

De fato, no mundo clássico não havia lugar para o progresso das técnicas monetárias, tais como a expansão do crédito e a conseqüente

criação de moeda pelo sistema bancário. E não foi sem razão que Ricardo ficou simplesmente horrorizado com a antevisão que teve, em termos de seu modelo, como consequência do progresso das técnicas bancárias magistralmente sugeridas por H. Thornton, em 1802, em seu *Paper Credit*.

A revolução anticlássica, discutida no Capítulo III, seja por Keynes ou pelos que lhe seguiram (inclusive, nesse aspecto, os “contra-revolucionários” monetaristas), vem colocar os bancos centrais e as políticas econômicas no centro do ajustamento. Igualmente é sempre ressaltada a eficácia da taxa de câmbio “livre”.

O ponto central de Keynes, no que concerne ao “ajustamento internacional”, é a substituição da teoria quantitativa por uma nova teoria de liquidez: os indivíduos e empresas demandam moeda não apenas para dispêndio ( $C + I$ , ou seja, consumo + investimento), mas também para o *não dispêndio* (por motivos de “precaução” e “especulação”). Nessas circunstâncias, não há mais a garantia clássica da igualdade *ex-ante* ( $S = I$ , ou seja, poupança = investimento) nem tampouco do pleno emprego.

Na estrutura da Teoria Geral de Keynes, o equilíbrio com subemprego é de fato a situação mais provável, daí advindo a recessão, a deflação e, conseqüentemente, a necessidade imperiosa de políticas econômicas anticíclicas. Com as políticas monetária, fiscal e de dispêndio governamental, cresce o papel do Estado no “comando” da economia. De fato, uma ênfase toda especial é conferida ao fato de o governo poder preencher “imediatamente” e “diretamente” o *gap* entre poupança e investimento, sem que seja preciso esperar o efeito da política monetária sobre a taxa de juros.

A idéia do multiplicador keynesiano, ao colocar em pé de igualdade os efeitos finais sobre a renda e o emprego de *variações autônomas* de quaisquer dos componentes do dispêndio (o que teoricamente é verdade), trouxe como consequência sérios problemas para a economia internacional. Dentro da idéia “nacionalista” de política econômica todos procuravam aumentar a componente autônoma “exportações líquidas ( $X - M$ , ou seja, exportações — importações). O resultado, naturalmente, foi o desencadeamento de uma “onda” neomercantilista nos anos 30, cujos resultados são sobejamente conhecidos. O novo Keynes de 1941, o Keynes do BANCOR

e de Bretton-Woods, iria se “penitenciar” de sua omissão quanto aos efeitos globais de políticas nacionalistas do tipo *beggar my neighbour*, que não obstante foram usadas e abusadas no pós-guerra por países como a Alemanha Ocidental e o Japão.

O Capítulo IV trata da contra-revolução monetarista, a qual, em outro estilo, é igualmente “nacionalista”. A demanda de moeda, em termos de preservação da “caixa real”, surge como o cerne da teoria, reabilitando a teoria quantitativa, porém com uma fundamental diferença em relação aos clássicos: na regra do jogo do padrão-ouro os bancos centrais não desempenhavam qualquer papel ativo na economia. Ao contrário, com os monetaristas, a dosagem “adequada” de suprimento de moeda, de responsabilidade dos bancos centrais, é a pedra angular da política econômica.

No modelo monetarista há uma “dada” trajetória de crescimento a longo prazo, determinada em termos reais pelo progresso técnico (e conseqüente aumento da produtividade). Porém, a curto prazo ocorrem “desvios”, flutuações nos níveis de renda e preço, surgindo a necessidade de ajustamentos com o *fine tuning*. E como se ajusta a economia em relação ao seu “setor externo”? Como no receituário keynesiano, a “independência” da política monetária através de taxas de câmbio “livres”, ou “flutuantes”, deveria ser preservada. Logo, para Hankel keynesianos e monetaristas podem ser colocados em pé de igualdade com respeito ao pernicioso e provinciano receituário que preconizam.

Em vista dessa situação, o autor não pôde deixar de saudar com certa euforia o aparecimento do chamado “Renascimento Clássico”, analisado cuidadosamente no Capítulo V, e que engloba as proposições de algo como um autêntico *modelo mundial*, formulado, dentre outros, por Hicks, Triffin, Mundell e Laffer.

A premissa básica é de que no mundo internacionalizado das empresas multinacionais e do sistema financeiro internacional não há mais lugar para a ilusão monetária-renda dos keynesianos, assim como a ilusão monetária cambial dos adeptos de Friedman. Variações cambiais levam a lucros e perdas eventuais — bem como à especulação — mas o que conta na verdade, e o que as empresas *planejam*, são os lucros e custos *reais*, isto é, os custos de oportunidade em termos de mercadorias contra mercadorias. Nesse contexto, as variações

cambiais só tendem a agravar a inflação. Uma desvalorização quase sempre encarece ainda mais as importações, ao invés de “baratear” as exportações, agravando, conseqüentemente, a inflação do país responsável por ela, sem contribuir muito para reduzir a inflação das outras economias. Por outro lado, uma valorização propicia um maior encarecimento das exportações do país que a promove, sem “baratear” muito suas importações. Nessa perspectiva, a tendência normal será de contribuir para aumentar a inflação alheia, sem, no entanto, melhorar de modo satisfatório a situação interna. Os efeitos sobre as quantidades comercializadas, se realmente existem, não passariam de meros ajustamentos marginais. É pelo menos o que parece indicar a experiência recente de valorização do marco alemão, do franco suíço, do iene japonês, etc.

Por esse motivo só podemos chegar à conclusão de que “balanços de pagamentos” e “renda” só podem ser “administrados” em termos mundiais, como sugeriu Keynes nos anos 40, após reabilitar-se de sua “miopia nacionalista” da Teoria Geral.

Essa alternativa teórica, contudo, ainda soa por demais passiva para Hankel. Ele gostaria que essa internacionalização monetária fosse acompanhada de políticas econômicas internas “adequadas”, também coordenadas internacionalmente. Internamente, a proposta de ação se apóia em dispêndios seletivos do governo — infra-estrutura, educação, *public goods* em geral — os quais atuariam na renda e no emprego não pela via do multiplicador, porém basicamente através do *acelerador*, ou seja, pela via dos investimentos das empresas, resultante desses programas. Essa atuação preenche as lacunas deixadas pelas empresas privadas.

A ênfase no princípio do acelerador também está no âmago do modelo de Kaldor — a chamada Nova Escola de Cambridge — que sugere a eficácia do *export-led-growth* (Capítulo VI). O modelo se ajusta bem ao progresso da Inglaterra do século XIX e aos “milagres” alemão e japonês do pós-guerra, embora não tenha, obviamente, valor geral, podendo apenas ensejar uma nova “onda” mercantilista na economia mundial.

O Capítulo VII, no qual são discutidas as alternativas supostamente “reabilitadoras” do padrão-ouro, encerra essa parte do livro. Contém ele basicamente a proposta de Rueff, a partir de Ricardo,

e o chamado “modelo-síntese” do Fundo Monetário. Ambos procuram reabilitar a disciplina monetária perdida com o abandono do padrão-ouro, algo bem distinto, contudo, do que sugerem os “internacionalistas” — os que mais se aproximam de Hankel — os quais pugnam por um processo ativo e dirigido de ajustamento mundial, inclusive de *criação de moeda internacional*, através de um autêntico Banco Central Mundial.

Uma visão sintética, interessante — ou ao menos curiosa — dessa longa revisão teórica é mostrada em um quadro-síntese, que aparece nas páginas 246-47, o qual, apesar das dificuldades de uma adequada tradução dos termos utilizados, cremos ser oportuno reproduzir.

#### 4 — Para onde vamos

Os primeiros capítulos dessa parte final do livro procuram retomar os ensinamentos, as lições da história, das experiências recentes com “ordens econômicas mundiais”. No Capítulo I são analisadas as experiências com o padrão-ouro e o “não-sistema” dos anos 30 e, no Capítulo II, Bretton-Woods e o “não-sistema” do Acordo de Kingston, Jamaica, de 1976. Os Capítulos III e IV especulam sobre uma possível nova “ordem internacionalista” para o futuro da economia mundial, inclusive seu conteúdo político. Já o Capítulo V, infelizmente, resvala para a “futurologia” recente, *à la* Kahn e companhia, e argúi, de forma pouco convincente, com uma provável tendência à igualação mundial dos níveis de renda nacional *per capita* dos diversos países.

Nesta parte da obra, contudo, Hankel apresenta de forma detalhada suas próprias proposições, já encaminhadas nos capítulos anteriores. A economia mundial precisa menos de novas “teorias” ou “modelos” e mais de ação no sentido correto; ação conjunta, a par de novas instituições que possam efetivamente encaminhá-las — uma “nova ordem”, enfim.

Louve-se, antes de tudo, a forma compreensiva, quase didática, com que é apresentada a retrospectiva das diversas experiências com “ordens internacionais”, objeto do primeiro capítulo dessa terceira parte. Particularmente interessante é a forma com que o autor situa

## Os modelos de ajustamento e suas diferenças

### Variáveis Independentes

	Variáveis Dependentes	Clássicos: Hume, Smith, Mill (Longo Prazo)	Fiscalismo: J. M. Keynes "I" (Curto Prazo)	Monetarismo: Friedman (Longo Prazo)	Internacionalismo: Hicks, Triffin, Mundell (Longo Prazo)	Neomercantilismo: Kaldor (Médio Prazo)	Neopadrão-Ouro: Rueff, Harrod, Heilperin (Longo Prazo)	Modelo Sintese: FMI (Médio Prazo)
Oferta de Moeda	Internacionalista (ou dependente do balanço de pagamentos em conta corrente)	Nacionalista (ou dependente de um balanço central nacional)	Nacionalista (ou dependente de um balanço central nacional)	Teoria quantitativa com: a) $G_n = K(Y_r, I)$ b) <i>real cash balances</i>	Teoria quantitativa: $G_n = C + I$ $C = f(Y_r)$ $I = f(i)$ $i = \text{juros}$	Nacionalista (ou dependente de balanço central)	Internacionalista (ou dependente do balanço de pagamentos)	Internacionalista (ou dependente do balanço de pagamentos)
Demanda de Moeda	Teoria quantitativa	Depende da renda real: $Y_r = C + I$ $C = f(Y_r)$ $I = f(i)$ $i = \text{juros}$	Teoria quantitativa com: a) $G_n = K(Y_r, I)$ b) <i>real cash balances</i>	Teoria quantitativa: $G_n = C + I$ $C = f(\text{política fiscal})$ $I = f(\text{política de orçamento})$	Depende de $Y_r$ : $Y_r = C + I$ $C = f(\text{política fiscal})$ $I = f(\text{política de orçamento})$	Teoria quantitativa	Depende da renda real e do balanço de pagamentos: $Y_r, X, M + K$ $Y_r, M, M(\text{importações})$ $K = \text{Quantidade de moeda}$	Depende da renda real e do balanço de pagamentos: $Y_r, X, M + K$ $Y_r, M, M(\text{importações})$ $K = \text{Quantidade de moeda}$
Nível de Preços	Depende da teoria quantitativa, na qual $k$ e $Y_r$ são constantes	Depende da demanda de moeda	Depende da quantidade de moeda: $P = K \left( \frac{M}{Y_m} \right)$ onde $K$ e $Y_r$ são constantes	Internacional (ou dependente do mercado mundial): $P = TC \times PM$ onde: $TC = \text{taxa de câmbio}$ $PM = \text{preço mundial}$	Depende da demanda de moeda	Internacional (ou dependente do mercado mundial)	Internacional (ou dependente do mercado mundial)	Internacional (ou dependente do mercado mundial)
Nível de Emprego	Neutro ou "dado" (depende de vantagens comparativas "naturais")	Depende do nível de investimento	Neutro (ou "dado")	"Internacional" (depende de um equilíbrio geral mundial, que é assegurado pelos movimentos de capitais)	Depende do nível de exportações, $X = f(FC)$ , que são função da política cambial	Internacional (depende do equilíbrio geral mundial, com movimentos de capitais)	Dependente de $f$ e $S$ : $f, S = dI$ $dD = \text{depende do balanço de pagamentos}$	Dependente de $f$ e $S$ : $f, S = dI$ $dD = \text{depende do balanço de pagamentos}$
Alternativas de Política Econômica (dependentes no sentido dos modelos adotados)	Atuação possível apenas via taxa de juros para influenciar o balanço de pagamentos: lançamento de pagamentos: sobre $dI$	Atuação sobre a taxa de juros para o pleno emprego; influencia sobre $dI$	Estratégia de "dosagem", da oferta de moeda para equilíbrio dos preços	União monetárias internacionais; controle internacional da política monetária	Estratégia de taxa de câmbio para o pleno emprego via $dX$ .	Estratégia de "liquidez mundial" via elevação do preço do ouro; disciplina de prestatividade para estabelecer e estabilidade das taxas cambiais em "áreas monetárias"	Equilíbrio do balanço de pagamentos via movimentos de capitais; disciplina para estabelecer a renda real através de política de crédito ativa	Equilíbrio do balanço de pagamentos via movimentos de capitais; disciplina para estabelecer a renda real através de política de crédito ativa
	<i>Superavit</i> : deflação <i>Deficit</i> : inflação	Balanco de pagamentos em equilíbrio com taxa flexível de câmbio	Balanco de pagamentos: taxa flexível de câmbio	Política de taxas de juros igualmente internacionalizada	Restrições fiscais para redução do consumo doméstico privado			

tanto os sistemas “bem sucedidos” — padrão-ouro e livre concorrência de 1815 a 1914, Bretton-Woods e o modelo europeu de União Monetária de 1947 a 1957 — assim como os “não-sistemas” — sistema padrão-câmbio-ouro de Gênova, 1922 a 1931, o *Welfare Nationalism* dos anos 30 e o Acordo de Jamaica de 1976 — dentro dos interesses predominantes e do contexto político de cada época. Como ao longo de todo o livro, a argumentação aparece conduzida no sentido de encaminhar uma nova (e necessária!) tendência “internacionalista”. Hankel não esconde simpatias pela experiência de integração monetária europeia dos anos 50 — que sugere seja reabilitada — assim como a possibilidade de transformar os direitos especiais de saque num autêntico embrião da futura moeda mundial.

No Capítulo II, Hankel argumenta que o fracasso de Bretton-Woods, já insinuado desde meados dos anos 60, deveu-se primordialmente à inviabilidade *a priori* de transformar uma moeda nacional em padrão de valor e reserva internacional. Isso só pode ocorrer temporariamente em circunstâncias muito especiais, como por ocasião da crônica escassez de dólares dos anos 50. Dentro dessa linha de argumentação, a propalada tese de que o fracasso de Bretton-Woods se deveria primordialmente ao “mau comportamento” dos Estados Unidos como “banqueiro mundial” fica sendo apenas um subproduto da forma intrinsecamente inviável com que a ordem econômica internacional foi concebida. Dentro do espírito de Bretton-Woods, a liquidez internacional só poderia mesmo crescer “por acaso”!

E que fez o Acordo da Jamaica? Hankel é taxativo: simplesmente *ratificou* a inviabilidade de prosseguir com Bretton-Woods, porém sem oferecer qualquer alternativa concreta. E não apenas isso, frisa o autor. Ao oficializar coisas como “flutuação controlada” de taxas de câmbio, liberar o preço do ouro, limitar a criação de direitos especiais de saque (suprema heresia!), etc., oficializou um perfeito “não-sistema”. Apenas uma decisão é louvada: a venda de reservas de ouro do Fundo Monetário para financiar os *deficits* do balanço de pagamentos dos países mais pobres do mundo “em desenvolvimento”.

Nos dois capítulos que se seguem chega-se finalmente ao cerne das sugestões do autor. O Capítulo III esboça o sistema monetário “do século XXI”. Em resumo, trata-se de criar um sistema com base em

uma moeda escritural, emitida e distribuída por um autêntico Banco Central Mundial. Permanecem os bancos centrais nacionais, porém não fica claro se o autor corrobora a idéia de “áreas monetárias”, também sugerida por Rueff, ou se vigorariam relações de cada país *vis-à-vis* esse Banco Central Mundial. O fato é que o sistema requer ajustamentos dentro de cada país ao seu crédito (ou débito) disponível, o que implicaria a longo prazo, taxas fixas de câmbio. Ou melhor, as relações entre as moedas em nada se iriam diferenciar das relações aritméticas entre os diferentes sistemas padronizados de medidas.

Naturalmente continuariam a existir moedas nacionais, assim como coexistem sistemas métricos diferentes. As relações entre empresas continuariam a se processar, no plano internacional, com moedas nacionais “conversíveis”, porém as relações entre Estados, entre bancos centrais, ou no seio das organizações internacionais, se processariam exclusivamente em termos dessa moeda escritural.

Uma idéia visionária? Talvez. Mas, afinal, que seria da humanidade sem os visionários? Que seria do progresso da ciência? Hankel parece firmemente convencido de que o tempo mostrará o acerto de suas idéias. Não fica claro, infelizmente, que tipo de papel é atribuído aos “terceiro” e “quarto” mundos na confecção dessa nova ordem.

Que a sugestão, de qualquer forma, não se autolimita por excessivamente tecnocrática é bem mostrado no Capítulo IV. Na primeira frase do capítulo já é apresentado o tom predominante da discussão: “Qualquer ‘ordem econômica’ mundial ou ‘desordem’ são imagens de realidades políticas” (p. 339).

Assim, teria sido com o padrão-ouro do século XIX, reflexo da *Pax Britânica*, com a desordem de entreguerras, reflexo das disputas envolvendo potências supostamente equivalentes, e com Bretton-Woods, reflexo da supremacia absoluta dos Estados Unidos sobre o mundo capitalista do pós-guerra.

Que esperar, realisticamente, num futuro não excessivamente distante? Desnacionalização e cosmopolitismo via empresas multinacionais? Prima pela lógica (e nos conforta) a argumentação de Hankel em sentido oposto, o que destrói a indução ingênua de algumas “internacionalistas” de nossos dias. As empresas multinacionais de-

pendem de forma vital da ordem política baseada em Estados nacionais, embora tenham interesse em enfraquecer a “excessiva soberania econômica dos governos. Como já advertia Adam Smith há 200 anos, “a propriedade privada não sobrevive uma noite se não existe um governo para garanti-la”.

Para Hankel haverá lugar para capitalismo e socialismo, liberalismo e marxismo, ou, talvez melhor, para uma forma de “convergência” de sistemas (aqui um pouco de lugar-comum), desde que respeitadas as regras do jogo da nova ordem econômica, da qual, é bom frisar, os países socialistas *precisam participar*. A argumentação nesse ponto fica algo difícil de acompanhar, mas pode ser aceita. O mesmo, no entanto, não se pode dizer da forma com que o autor argumenta será “resolvido” o problema do subdesenvolvimento (“de qualquer forma, para meados do ano 2000”). Esse é o tema do último capítulo, que trata da igualdade da renda mundial do ano 2000.

Para fundamentar essa suposta tendência Hankel desenvolve uma longa exegese dos já numerosos exercícios de futurologia. Desde o trabalho pioneiro de Patel,<sup>3</sup> dos idos de 1962, em relação ao qual o autor não esconde preferências, até os mais recentes documentos de Kahn, Tinbergen e Leontief,<sup>4</sup> passando pelos relatórios do Clube de Roma e pelos primeiros trabalhos de Kahn, que refletiram o pessimismo despropositado (?) dos anos 60, tudo é retomado sob o espírito de uma inabalável crença nos exercícios aritméticos de taxas de juros compostos. A conclusão a que chega o autor é que em meados do próximo século (?) deverão ter-se erradicado a pobreza e o subdesenvolvimento da face da terra! Oxalá!

O fato, contudo, é que esse capítulo poderia ter sido simplesmente eliminado, sem prejuízo da tese central do livro. Ou, melhor ainda, Hankel poderia tê-lo substituído por algo em que fosse apresentada mais claramente sua visão do papel do atual mundo subdesenvolvido na confecção da “nova ordem internacional” que é sugerida.

<sup>3</sup> Surendra J. Patel, *World Economy in Transition (1850-2060)*.

<sup>4</sup> *The Future of the World Economy* (Oxford: Oxford University Press, 1977), preparado para as Nações Unidas.

O saldo dessas 416 páginas e 16 capítulos, contudo, é altamente positivo. A proposta de ação é logicamente coerente e não tanto irrealista, podendo resolver os problemas mais prementes de reforma do sistema monetário internacional; talvez até, quem sabe, o angustiante e cada vez mais grave problema do endividamento externo dos países em desenvolvimento. De fato, se implementada a sugestão do autor, desaparece a necessidade de financiar *deficits* de balanço de pagamentos através do sistema financeiro privado internacional, algo que, a longo prazo, só pode ser catastrófico.